

Governo perde autonomia para gasto social

Comissão resolve direcionar as verbas que antes eram distribuídas pelos ministérios segundo critérios próprios

JOSÉ ROBERTO DE TOLEDO

Da Reportagem Local

O governo vai perder autonomia para gastar. A Comissão de Orçamento do Congresso vai avançar sobre verbas de investimentos sociais que o Executivo havia reservado para programas em que tem liberdade para alocar os recursos onde quer.

A intenção dos parlamentares é "carimbar" o dinheiro dos chamados programas guarda-chuva. Isso significa que o Orçamento aprovado no Congresso já determinará para quais Estados as verbas devem ir, segundo sua população e sua renda per capita.

Na proposta original do governo, esses recursos estão alocados em programas nacionais, que permitem aos ministérios distribuí-los segundo seus próprios critérios.

A fórmula população/renda já foi usada para distribuir as verbas entre os Estados pelo Congresso no Orçamento de 93. No de 94, o governo vetou-a. Em 95, simplesmente não houve critério.

Se funcionar dessa vez, a idéia da cúpula da Comissão de Orçamento é incluí-la na Lei de Diretrizes Orçamentárias, que deve ser aprovada até julho.

A mudança, se aprovada pelo plenário do Congresso, representará uma perda sensível de liberdade do Executivo na execução orçamentária. Dos R\$ 552 milhões destinados a investimentos em habitação, por exemplo, 70,21% são de programas nacionais.

Outra área a ser afetada pela redistribuição das verbas é educação. R\$ 566 milhões (66,17%) de seus R\$ 856 milhões estão alocados em programas nacionais.

Só devem ser preservados os programas cujas características sejam notadamente nacionais, como a distribuição de livros didáticos e de merenda escolar, que varia em função do número de alunos.

Os programas nacionais de saúde e saneamento deverão ser menos afetados, porque 65,38% de sua verbas já estão divididas entre os Estados.

Entretanto, a redistribuição de verbas nessas áreas acontecerá por outras vias. Em várias regiões, o percentual previsto na proposta enviada pelo Executivo está muito abaixo do critério estabelecido pelos parlamentares.

O do Nordeste, por exemplo, está fixado pelo projeto do governo em 24,8% das verbas nacionais de investimento em saúde. Pelo índice de população e renda per capita, ele deverá subir para 37,46%. Isso representa um aumento de R\$ 200 milhões nos recursos destinados à região.

Embora Estados como a Bahia já estejam na proposta elaborada pelo ministro Adib Jatene muito próximos ao índice estabelecido pelos parlamentares (5,59% a 5,63%), outros como Alagoas receberiam até 77% a mais de recursos.

O Sudeste também está entre as regiões mais beneficiadas pelo reordenamento dos recursos. O governo previu 17,55% dos investimentos em saúde para a região. Os parlamentares devem elevar o percentual para 24,9%. São R\$ 166 milhões a mais.

Em relação à proposta original elaborada pelo Ministério do Planejamento, o Estado mais beneficiado pelo critério adotado pela Comissão de Orçamento é justamente a base eleitoral do ministro José Serra, titular da pasta.

São Paulo terá, na nova versão orçamentária, R\$ 255 milhões a mais de investimentos sociais. Desse total, R\$ 137 milhões seriam em saúde e saneamento, R\$ 84 milhões em educação e R\$ 33,9 milhões em habitação.

Para toda essa verba chegar aos hospitais e escolas paulistas, entretanto, ela precisa não só ser aprovada pelos plenários da Comissão de Orçamento e do Congresso, como pela caneta dos ministros.

O Orçamento é autorizativo. Isto é: ele estabelece um teto de gastos para o Executivo em cada rubrica.

Mas o governo tem liberdade para gastar o quanto quiser dentro desse limite, de zero a 100%.

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS NA ÁREA SOCIAL POR REGIÃO

Editoria de Arte/Folha Imagem

Em %

Estado	PROPOSTA DO GOVERNO			PROPOSTA DO RELATOR
	Habitação	Educação	Saúde e saneamento	Índice único para área social
Nordeste (*)	10,65	29,05	24,8	37,46
Alagoas	0,45	0,41	1,87	3,31
Bahia	3,71	1,68	5,59	5,63
Ceará	1,72	0,46	3,77	4,85
Maranhão	0,89	0,35	2,52	5,01
Paraíba	0,66	0,62	2,16	4,3
Pernambuco	1,79	0,72	3,38	4,5
Piauí	0,55	0,36	1,93	5,08
Rio Grande do Norte	0,59	0,36	1,92	2,74
Sergipe	0,28	0,25	1,21	2,05
Sudeste (*)	9,81	8,36	17,55	24,9
Espírito Santo	0,33	1,92	2,12	1,98
Minas Gerais	1,87	2,03	4,88	6,48
Rio de Janeiro	2,37	2,86	7,82	5,08
São Paulo	5,24	1,55	2,72	11,37
Norte (*)	4	3,07	8,53	18,86
Acre	0,17	0,46	0,37	2,13
Amapá	0,16	0,09	0,87	1,8
Amazonas	0,87	0,19	1,37	1,77
Pará	1,81	0,39	2,45	3,65
Rorônia	0,46	0,15	1,07	1,89
Roraima	0,08	0,12	0,29	2,34
Tocantins	0,45	0,36	1,03	5,28
Sul (*)	3,07	3,26	9,03	10,32
Paraná	1,23	1,25	3,14	3,85
Rio Grande do Sul	1,19	1,6	3,63	3,95
Santa Catarina	0,64	0,41	2,26	2,52
Centro-Oeste (*)	2,28	1,99	5,68	8,46
Distrito Federal	1,34	0,7	0,87	1,24
Goiás	0,5	0,54	1,83	2,83
Mato Grosso do Sul	0,23	0,55	1,47	1,86
Mato Grosso	0,21	0,2	1,51	2,52
Subtotal Nacional (**)	29,79	33,83	65,38	100
TOTAL	70,21	66,17	34,61	-
	100	100	100	-

(*) Soma dos Estados mais programas regionais

(**) Programas nacionais cujo destino das verbas é dado pelo governo federal

Fonte: Comissão Mista de Orçamento do Congresso e gabinete do deputado Paulo Bernardo (PT-PR)

Comissão adota critério objetivo

Da Reportagem Local

Após semanas de brigas entre parlamentares, a Comissão Mista de Orçamento do Congresso conseguiu chegar a um critério objetivo para definir os investimentos do governo federal nas chamadas áreas sociais.

As emendas de deputados e senadores à proposta orçamentária do governo obedecerão limites regionais para a distribuição das verbas.

Cada Estado e região terá um percentual de recursos a receber. Ele será proporcional à sua população e inversamente proporcional à sua renda per capita.

Os dois critérios adotados terão peso igual na composição do percentual de investimento que cada região receberá. Assim, as mais pobres e mais populosas são beneficiadas sem que Sul e Sudeste percam muito.

A decisão foi tomada durante reunião do relator do Orçamento, deputado Iberê Ferreira (PFL-RN), com os deputados Márcio Reinaldo (PPB-MG), Yeda Crusius (PSDB-RS), Giovanni Queiroz (PDT-PA) e Paulo Bernardo (PT-PR). Ferreira deve entregar seu relatório na terça ou na quarta-feira.

O percentual de investimentos em educação, saúde e saneamento, e habitação no Nordeste, por exemplo, será de 37,46% para cada um dos três itens.

Se só o critério populacional fosse levado em conta, a região receberia apenas 28,91% das verbas.

Da mesma forma, o Sudeste terá 24,9% dos investimentos sociais. Pelo critério

ALAGOAS PODE ELEVAR EM ATÉ

77%

seu orçamento na área social

O CONGRESSO QUER DAR MAIS R\$

255 mi

em investimentos sociais a SP

O NORDESTE VAI TER

28,62%

das verbas em transportes, o maior percentual

Manobra viabiliza campanha

Da Reportagem Local

O governo tentará, com uma manobra jurídica, agilizar as campanhas publicitárias que visam ajudar na aprovação das reformas constitucionais. Se der certo, o Planalto dará ainda esta semana sinal verde para 12 órgãos públicos abrirem concorrência para contratação de agências de publicidade.

As campanhas estão paradas porque, sem a autorização do Congresso para executar sua proposta orçamentária de 96, o governo não pode empenhar a verba publicitária de novos contratos.

Entre as campanhas atrasadas estão as que o Planalto contava fazer para ajudar a aprovar no Congresso as reformas da Previdência, administrativa e tributária.

Os principais órgãos da administração direta que ainda não abriam licitação de suas contas publicitárias são o Ministério da Educação, o Ministério da Saúde, o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), a Presidência da República, o Ministério do Trabalho e o Banco Central. É a primeira vez o BC fará campanhas.

Com as licitações paradas desde

1º de janeiro, quando o novo Orçamento deveria ter entrado em vigor, o Planalto decidiu agir. Obteve um parecer jurídico em seu favor junto à Secretaria Interna de Controle das Estatais.

O texto diz que o órgão público interessado em abrir licitação para contratar prestadores de serviço pode fazê-lo mesmo sem ter a verba garantida no Orçamento.

Segundo o parecer, depois de aberta a concorrência o governo pode receber as propostas das agências, apreciá-las e escolher a vencedora. Só não poderia assinar o contrato. Para isso, teria que esperar a aprovação do Orçamento.

A maior vantagem da manobra jurídica é ganhar tempo —de 30 a 60 dias, no caso. Esse é o prazo médio que os órgãos devem levar entre a publicação dos seus editais e a escolha da agência ganhadora.

Nesse meio tempo, calcula o governo, o Congresso terá aprovado o Orçamento de 96 permitindo assim a assinatura dos contratos.

O Planalto enviou o parecer da Siset a advogados a fim de obter mais um aval para a manobra. Se conseguir, as licitações serão deslanchadas imediatamente. (JRT)

FHC muda sistema de liberação de verbas

SÔNIA MOSSRI

Da Sucursal de Brasília

Os ministros da Fazenda (Pedro Malan) e do Planejamento (José Serra) e o secretário do Tesouro (Murilo Portugal) não podem mais administrar o Orçamento na “boca do caixa”. A decisão foi anunciada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso na reunião ministerial da sexta-feira passada.

Com a decisão, FHC pretende agradar aos ministros —principalmente os ministros políticos que se promovem tocando obras— e estabelecer um controle mais rígido sobre as despesas públicas.

O governo passa a liberar de verdade, a partir de um critério estabelecido, o dinheiro que existir para investimento.

Hoje, na administração na “boca do caixa”, que é o Tesouro, os ministros recebem a autorização do crédito que já está aprovado no Orçamento, mas só vêm o dinheiro quando Murilo Portugal acha que é conveniente para o balanço mensal das contas liberá-lo.

FHC cobrou mais “previsibilidade” no sistema de gastos. O resultado disso é que todos os ministros

Sérgio Lima - 22.dez.95/Folha Imagem



O ministro José Serra

receberão a cada trimestre um informe da equipe econômica com um patamar mínimo de verba que será liberada para gastos em programas do governo. Hoje, eles não sabem quanto terão para gastar nem mesmo no mês seguinte.

Assim que o Orçamento de 96 for aprovado pelo Congresso, o que deve acontecer em março, Fa-

zenda e Planejamento enviarão a todos os ministros um informe trimestral com dados sobre a arrecadação de impostos e os recursos que serão liberados.

Para fazer isso, a equipe econômica vai utilizar como parâmetro de gastos a execução do Orçamento de 95 —o que realmente foi investido. A idéia é comparar os recursos previstos e as verbas que foram efetivamente liberadas.

Assim, FHC diminui a pressão sobre a liberação de verbas comum em um ano eleitoral, as queixas de ministros contra Serra e Malan e também torna possível ao próprio governo promover um marketing em torno das obras com os poucos recursos para investimentos previstos no Orçamento de 96, cerca de R\$ 8 bilhões.

Do total de 11,6 bilhões em investimentos que constam do Orçamento do ano passado, menos da metade (35,66%) foi liberado, atingindo R\$ 4,1 bilhões, de acordo com a Secretaria do Tesouro.

Análises preliminares do governo indicam que deverá ocorrer pouca diferença em relação a 96. A liberação de investimentos deverá ficar em torno de R\$ 5 bilhões.

mentos sociais. Pelo critério inversamente proporcional à renda per capita, a rica região ficaria com só 7,15% das verbas. O índice subiu porque a região tem 42,65% da população nacional.

Os investimentos em transportes também seguirão um critério objetivo: o percentual da malha rodoviária federal que está construído em cada Estado.

Dessa maneira, o Nordeste continuará com o maior percentual, de 28,62% dos recursos, apesar de o Estado mais favorecido ser Minas Gerais, com 14,69%.

Embora algumas regiões possam ter necessidades de investimentos em saúde, por exemplo, superiores ao percentual estipulado, o critério adotado é um avanço se comparado à “lei da selva” que sempre imperou.

Os lobistas de empresas privadas costumam usar a falta de critério para o relator acatar ou não a emenda de um parlamentar para elevar as previsões de gastos nas áreas de seu interesse.

(José Roberto de Toledo)